



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Figueirópolis D'Oeste



PRIMEIRA INFÂNCIA

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

2022-2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Figueirópolis D'Oeste



**PRIMEIRA
INFÂNCIA**



ELABORAÇÃO

Nilson Marques da Silva

Rosane Antunes dos Santos

Luana Soares Corrêa

Leonardo Martins Oliveira

COLABORAÇÃO

Cláudia Francielli Ferreira

Edneia Modesto de Mendonça Costa

Heloíza Gonçalves Montoro Martins

Marcela de Paula Modesto

Marcos Roberto Rodrigues

Pablo Diego Ferras Monteiro

Vanessa da Silva Santana

Wanderson Murilo Garcia

Willian David da Hora

EPÍGRAFE

“Quando vejo uma criança, ela inspira-me dois sentimentos: ternura, pelo que é, e respeito pelo que pode vir a ser” (Louis Pasteur).

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	7
2. JUSTIFICATIVA.....	13
3. POR QUE INVESTIR NA PRIMEIRA INFÂNCIA?	15
4. CRIANÇAS, INFÂNCIA E OS PLANOS MUNICIPAIS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA	17
5. IMPORTÂNCIA DO PLANO MUNICIPAL	18
5.1 Avaliação e Monitoramento.....	18
5.2 A criança é nossa responsabilidade.....	17
5.2.1 Desenvolvimento biopsicossocial na primeira infância.....	20
6. MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D`OESTE.....	25
6.1 Contextualizando.....	25
6.2 Panorama atual da educação.....	27
6.3 Metas e estratégias.....	28
6.4 Monitoramento e avaliação.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
ANEXOS	42
Fluxograma de atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes secretaria de educação de Figueirópolis d`Oeste.....	43
Portaria nº 216, de 05 de outubro de 2022 - nomeação da Comissão Municipal encarregada de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal Pela Primeira Infância e de outras providências.....	44

DO QUE AS CRIANÇAS GOSTAM NA ESCOLA?

"Eu gosto de tudo na minha escola, mas tem uma coisa que adoro! É o pula – pula”
(José Rodolfo Campos Silva, maternal II).

"Eu gosto de brincar no parquinho" (Vicente Souza Fonseca, maternal II).

"Eu gosto de brincar no parquinho” (Eduardo H. dos S. Silva; Elis G. Nascimento;
Helloise J. da Silva; Leone Martins; Sophia V. da Silva, maternal I).

“Piscina de bolinhas” (Anna K. F. Candido; Alice M. dos Santos; Rafael G. de Paula,
maternal II).

"Eu gosto de brincar no pula – pula” (Ihayller G. S. Souza; Leone M. Dias; Lorenzo
L. de Lima, maternal I).

"Eu gosto de brincar no parquinho de areia" (Diego M. Dias; Marcos G. F. Rossell,
maternal I).

“Gosto de comer frutas” (Alice F. Rodrigues; Sarah Carvalho Lima, maternal II).

“Eu gosto de brincar” (Antony Gabriel da Silva; Isabella S. Souza; Maria Cecilia da
C. Moreira; Maria Eduarda Félix; Maria I. Pereira; Otávio F. Borges, pré II).

“Eu gosto de brincar... brinco no parquinho, também gosto e fazer lição e desenhar”
(Nicolas F. da Silva, Pré I).

“Gosto de comer na escola, gosto da merenda” (Hellena Jesus Medeiros; Josué Felipe
de Lima, Pré I).

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Rede Nacional Primeira Infância (RINPI) (2018), o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), foi formulado com a finalidade de atender crianças de zero a seis anos, é, portanto, destinado as crianças que se encontram na primeira infância. O PMPI é fundado sob o Marco Legal da Primeira Infância – Lei 13. 257/2016, com o objetivo de estabelecer políticas públicas a serem desenvolvidas por diferentes setores da administração municipal em prol dos direitos das crianças, para tanto, articular esses diferentes setores da administração municipal é imprescindível (RINPI, 2018). É neste sentido que, se estabelece metas e ações, com o intuito de cumprir o dever do Estado previsto na Constituição Federal, na priorização absoluta dos direitos na primeira infância (RINPI, 2018).

O PMPI, é em primeiro lugar, um instrumento político e técnico, elaborado de forma participativa e democrática, em articulação com diferentes setores, como por exemplo, secretarias municipais, poder executivo, legislativo e judiciário, além desses diferentes setores da administração pública, conta-se também com a participação imprescindível da sociedade civil, inclusive, das crianças, sujeitos de direito, a quem é destinado o PMPI (RINPI, 2018).

Fundado sob princípios constitucionais, o PMPI, é composto por diagnóstico de situação de vida na primeira infância, o que inclui, portanto, saber como está o desenvolvimento integral das crianças no município (RINPI, 2018). Para essa finalidade, serão apresentadas no PMPI do município de Figueirópolis d`Oeste – MT, ações das diferentes secretarias municipais com o intuito de garantir os direitos das crianças, para tanto, foram elaboradas metas e estratégias que permitem aplicar as políticas públicas e assegurar a prioridade do direito da primeira infância (RINPI, 2018).

Deste modo, para o município de Figueirópolis d`Oeste, bem como para o Departamento Municipal de Educação, é de suma importância à elaboração e aplicação do PMPI com ações destinadas à primeira infância, efetivando assim, as

políticas federais, estaduais e municipal (RINPI, 2018). As ações do PMPI vão ao encontro da meta n.º 1, tanto do Plano Nacional de Educação (PNE), quanto do Plano Municipal de Educação (PME, 2005), de Figueirópolis d'Oeste- MT, a saber, visa a erradicação do analfabetismo.

O Plano Municipal Pela Primeira Infância de Figueirópolis d'Oeste - MT, é descrito a seguir, elaborado em consonância com os princípios da Constituição Federal, Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado Assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF, art. 227, n. p.).

E a lei Estadual de Mato Grosso, N° 11774/ 2022, artigo 1º:

Esta Lei institui a Política Estadual Integrada pela Primeira Infância do Estado de Mato Grosso.

§ 1º As políticas públicas para a primeira infância são instrumentos por meio dos quais o Estado assegura o atendimento dos direitos da criança na primeira infância, com vistas ao seu desenvolvimento integral, considerando-a como cidadã e sujeito de direitos.

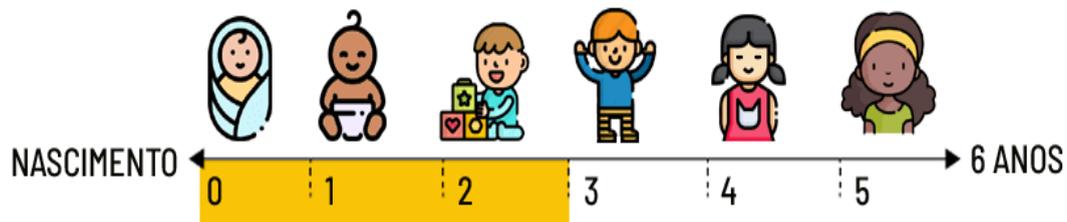
§ 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros seis anos completos ou setenta e dois meses de vida da criança, considerados na perspectiva do ciclo vital e do contexto familiar e sociocultural em que se insere.

§ 3º As políticas públicas a que se refere esta Lei, bem como os planos, programas, projetos, serviços e benefícios de atenção à criança executados pelo Estado, devem ser formulados segundo o princípio da prioridade absoluta estabelecida no art. 227 da Constituição Federal e disciplinada no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e no art. 3º da Lei Federal n.º 13.257, de 8 de março de 2016, sendo reconhecida a condição peculiar da criança como sujeito em desenvolvimento (Lei estadual N.º 11774/ 2022, n. p.).

Para alcançar o proposto, conta-se com a articulação de todos os setores da esfera pública municipal, sociedade civil, colaboração das crianças da primeira infância (conforme figura 1, considera-se primeira infância os primeiros seis anos de vida), as quais foram devidamente ouvidas para ter participação ativa nas políticas públicas elaboradas para elas. No decorrer do PMPI de Figueirópolis d'Oeste - MT,

destaca-se do que as crianças gostam, com a finalidade de entender melhor o que elas esperam de nós, adultos. A seguir, apresenta-se a figura 1. que caracteriza a etapa da primeira infância.

Figura 1. Primeira Infância



Fonte: Jornal da USP



“Gosto de brincar no pula- pula”
Benjamin D. de Aquino; Cecília, G. Moreira; Marielly B. de Oliveira; Micaelly B. de Oliveira; Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha, 2022).



“O que mais gosto é da hora do lanchinho” (Emilly Fernanda de Oliveira Santos e Stefany Cardoso Vieira – Maternal II, Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha, 2022).



“Gosto de livros” (Aline de Souza Batista; Sebastião T. M. Vasques, maternal II, Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha, 2022).



“Piscina de bolinhas” (Anna K. F. Candido; Alice M. dos Santos; Rafael G. de Paula, maternal II, Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha, 2022).



“Gosto de brincar de escorregar”
(Taís Modesto Gomes; Marielly Brandão de Oliveira; Benjamim Daros de Aquino, maternal II, Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha, 2022).



“Eu gosto de brincar no parquinho”
(Eduardo H. dos S. Silva; Elis G. Nascimento; Helloise J. da Silva; Leone Martins; Sophia V. da Silva, maternal I). Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha, 2022).

2. JUSTIFICATIVA



Foto: Escola Municipal de Educação Infantil Prof.ª Maria Auxiliadora Bossa da Cunha/Ano 2022.

Diante dos avanços do Marco Legal da Primeira Infância, Lei n.º 13.257/2016, desenvolveu-se um projeto que pudesse externar em práticas os direitos das crianças, seu conteúdo é de grande relevância e está alicerçado sob argumentação da comunidade científica. É de senso comum o intuito de oportunizar o desenvolvimento físico e mental que assegure, principalmente para os menos favorecidos, melhores condições de oportunidades diante dos desafios da vida.

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Figueirópolis d'Oeste é um documento que estabelece Diretrizes Gerais, Eixos Prioritários, Metas e Estratégias para o município a curto, médio e a longo prazo, busca a promoção da Constituição Federal, Estatuto da Criança e Adolescente e do Plano Nacional pela Primeira Infância, surge então, da necessidade de assegurar o direito da criança como prioridade, em todos os setores da esfera municipal, como por exemplo, nas leis setoriais da Educação, da Saúde, da Assistência Social, da Cultura, dos direitos da

Criança, da Convivência familiar e comunitária. O PMPI de Figueirópolis d'Oeste tem vigência até 2026.

3. POR QUE INVESTIR NA PRIMEIRA INFÂNCIA?

A primeira infância, é sem dúvida, uma etapa muito importante para o desenvolvimento pleno da criança que, repercutirá em todas as demais fases ao longo da vida. Sabe-se que os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento tanto físico, quanto emocional e cognitivo das crianças. Desde o período intrauterino até aproximadamente dois anos e meio ocorre o rápido desenvolvimento cerebral, portanto, é nesta fase que, os circuitos neuronais são formados e fortalecidos por meio de diversas formas de estímulos e das relações de vínculo. Esse desenvolvimento biopsicossocial será utilizado pelo indivíduo ao longo da vida, como por exemplo, ter a capacidade de relacionar-se com as demais pessoas, aprender a linguagem usada pela cultura local, ingressar ao mercado de trabalho, etc. (SHONKOFF; BOYCE; MCEWEN, 2009).

Ao longo da infância, muitas crianças têm a oportunidade de crescer em um ambiente seguro, amoroso e saudável. Porém não é a realidade de todas as crianças, pois, muitas não possuem a mesma chance e convivem em condições desfavoráveis que, podem prejudicar seu desenvolvimento potencial. É neste sentido que, autores afirmam que situações ambientais e psicossociais desfavoráveis podem prejudicar o pleno desenvolvimento de milhões de crianças em situação de vulnerabilidade (BLACK et al., 2017).

É durante a primeira infância que intervenções se mostram mais eficazes, reduzindo a perda potencial do desenvolvimento. Destaca-se que as intervenções acontecem no dia a dia, através de: relação dos familiares, do afeto, comunicação saudável, brincadeiras, proteção, políticas que destacam a participação familiar durante toda a infância, bem como a importância da amamentação exclusiva até os seis meses, promover maior inclusão dos pais no ambiente escolar através de palestras educativas, promover visitas domiciliares para garantir que a criança está assistida de forma adequada, sem lhe faltar coisas fundamentais para seu pleno desenvolvimento. Além disso, é fundamental a interação da sociedade, para garantir as crianças um ambiente saudável, seguro, estimulante e de boas condições ambientais e sociais (SANTOS, 2017).

Quando essa interação não acontece o desenvolvimento pleno da criança pode ser afetado, não desenvolvendo de forma adequada na escola, apresentando problemas afetivos, na linguagem e cognição (SANTOS, 2017). É evidente que além da negligência no cuidado, existem outros fatores que impedem o desenvolvimento biopsicossocial e emocional da criança, como por exemplo, baixa renda, históricos de uso de drogas pelos pais. “Todas as crianças têm direito a crescerem e se desenvolverem em um ambiente acolhedor, recebendo carinho, atenção, para se sentirem seguras” (SANTOS, 2017 n.p.).

A brincadeira também é muito importante no desenvolvimento infantil. Ao brincar, a criança aprende a lidar com as emoções, desenvolve a criatividade, as habilidades sociais, psicomotoras e cognitivas. O brincar desempenha um importante papel no desenvolvimento do cérebro, principalmente nos primeiros anos de vida. A brincadeira estimula a formação de vínculos das crianças com seus cuidadores, bem como as habilidades para atuar em grupo, competências para enfrentar desafios e frustrações. Dentre os efeitos positivos de brincar na natureza, estão: liberdade, criatividade, atividade física, estímulo, habilidade motora, imaginação, capacidade de observação, interações sociais, relaxamento, tolerância à diversidade, autocontrole, entre outros. Para isso, é necessário que as políticas públicas planejem espaços, brinquedos e ambientes adequados para que as crianças possam ter esse direito garantido (SANTOS, 2017 n.p.).

Conforme Santos (2017), a brincadeira é muito importante no processo de desenvolvimento pleno da criança, onde ocorre o contraste entre o mundo real e imaginário, objetivo e subjetivo. É neste sentido que, alguns autores afirmam que através da brincadeira, as crianças desenvolvem os aspectos cognitivos, afetivos, morais, físico-motores, linguísticos e sociais de forma integral (FRIEDMANN, 1992; PIAGET, INHELDER, 1974).

4. CRIANÇAS, INFÂNCIA E OS PLANOS MUNICIPAIS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

A responsabilidade de fazer valer os direitos das crianças cabe a cada um de nós, pensando nisso, os Planos Municipais da Primeira Infância enfatizam a prioridade da criança, considerando que seja ouvida e receba o cuidado e a atenção necessárias ao pleno desenvolvimento respeitando todos seus direitos (SANTOS, 2017).

“A construção dos Planos Municipais da Primeira Infância enseja junção de esforços intersetoriais e de pessoas para garantir condições efetivas de vida e desenvolvimento pleno para todas as crianças” (SANTOS, 2017). Para tornar-se real, é preciso o esforço de cada município, articulando as políticas públicas do Estado.

Por tanto, é necessário que o Poder Local, Sociedade Civil, Famílias, Escola Infantil e, demais representantes das comunidades trabalhem juntos, elaborem e coloquem em práticas o Plano Municipal pela Primeira Infância do nosso município.



Foto: Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha/Ano 2022.

5. IMPORTÂNCIA DO PLANO MUNICIPAL

O Plano Municipal Para a Primeira Infância é de suma importância para o desenvolvimento econômico e social do município de Figueirópolis d'Oeste, visto que, garante a efetivação e o alcance das metas apresentadas na Lei do Marco Legal para a Primeira Infância - Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016. Essa lei busca dispositivo que proporciona o desenvolvimento pleno da primeira infância. Sua elaboração tem como base conteúdos científicos que afirmam a importância de colocarmos a primeira infância como prioridade (SANTOS, 2017).

5.1 Avaliação e Monitoramento

Durante o período de vigência do PMPI, a Secretaria Municipal de Educação verificará o cumprimento das metas estabelecidas na lei em anexo, com informações organizadas pelo Grupo Gestor envolvido nas ações. Sendo assim, todos os esforços serão empreendidos para o cumprimento das atividades.

5.2 A criança é nossa responsabilidade

A primeira infância é a anunciação do novo, nessa fase, percebemos como o bebê adquire rapidamente firmeza no olhar e nos movimentos, inicia-se então, a curiosidade de explorar tudo ao redor (SANTOS, 2017). O bebê passa a conseguir expressar sentimentos desde muito cedo e, rapidamente consegue expressar suas vontades (SANTOS, 2017).

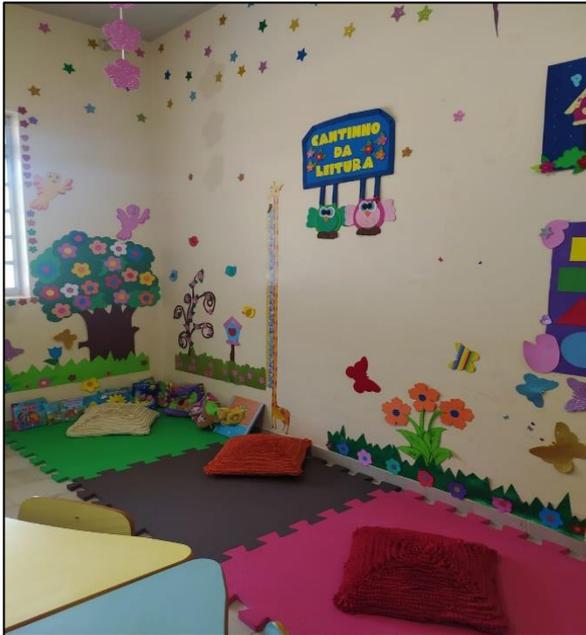


Foto: Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha/Ano 2022.

A gente se surpreende com a rápida transformação da criança e, nessa etapa é fundamental que elas sejam assistidas, acolhidas, protegidas e cuidadas. Nessa fase, também é necessário que elas criem vínculos afetivos com as pessoas ao seu redor e estabeleçam interações sociais saudáveis. Se o ambiente oferece condições necessárias, as crianças progredem em todas as dimensões, contribuindo para a formação de sua personalidade.

5.2.1 Desenvolvimento biopsicossocial na primeira infância

Papalia e Feldman (2013) enfatizam que desde muito cedo, o recém-nascido adquire habilidades motoras através de um sistema de ação onde os movimentos básicos como agarrar, engatinhar, andar, etc. são realizados pelo bebê sem a necessidade de ser ensinados e darão origem as experiências mais complexas.

Para o desenvolvimento saudável do bebê é fundamental que o leite materno seja o alimento exclusivo durante os seis primeiros meses de vida (PAPALIA; FELDMAN, 2013). As autoras destacam alguns benefícios do aleitamento materno para o bebê, como por exemplo, diminuição do risco de morte pós neonatal, menor risco de doenças inflamatórias do aparato intestinal, menor propensão em desenvolver obesidade, asma, eczema, diabetes, leucemia infantil e linfoma. Além disso, apresenta melhor desenvolvimento neurológico e menor propensão a apresentar retardo motor ou na linguagem.

Sem dúvidas, o ato de amamentar o bebê também é importante para a mãe, que apresenta menor risco de desenvolver anemia e reduz a reincidência de gravidez durante a amamentação, diminui o risco de desenvolver câncer de mama pré-menopáusico entre outros inúmeros benefícios (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Mesmo que em proporção limitada o bebê já nasce pronto para aprender com tudo aquilo que pode ser visto, ouvido, tocado, etc. Embora a maturação seja um fator limitante, a estimulação externa é de suma importância para o pleno desenvolvimento cognitivo do bebê (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

O desenvolvimento cognitivo na Primeira Infância é abordado na teoria de Jean Piaget (1945), segundo o autor, no período entre zero a seis anos a criança passa por dois estágios: Sensório-motor (de zero a dois anos) e pré-operatório (de dois a sete anos). No primeiro estágio a criança busca ter controle das habilidades motoras explorando tudo o que está em seu entorno, é nesse período que o bebê busca aprender sobre si e o mundo, por meio da interação de suas atividades sensoriais e motoras.

No estágio pré-operatório a criança apresenta habilidades representativas e de socialização. Nas habilidades representativas dá-se início a imitação, jogo simbólico, imaginação mental e o desenvolvimento da linguagem, esta última, traz a possibilidade de interação, dando origem as habilidades de socialização. Segundo o autor, é por meio da linguagem que a criança pode reconstruir suas ações passadas através da narrativa e antecipar ações futurísticas por meio da representação verbal (PIAGET, 1945).

Para o autor, a fala da criança classifica-se em: Fala egocêntrica e a socializada; a primeira compreende dos dois a quatro anos e é caracterizada pela ausência de intenção comunicativa, ou seja, a criança apenas pensa suas ações em voz alta e, a segunda, é aquela em que a linguagem ganha função de socializar, de comunicar algo com as pessoas ao seu redor (PIAGET, 1945).

É na primeira infância que aparecem as características da personalidade, desde muito cedo percebe-se o temperamento da criança. Algumas são alegres e outras irritadiças, algumas gostam de brincar com seus pares, outras não. Segundo Papalia e Feldman (2013), as emoções são reações de subjetividade relacionada a experiência diretamente ligada a mudanças fisiológicas e comportamentais. Do terceiro ao sexto mês do bebê, as características da personalidade podem ser vistas até mesmo em emoções de decepção, quando algo não sai do jeito que esperava, nas expectativas frustradas, etc. (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Do sexto ao nono mês o bebê pode demonstrar surpresa, medo, alegria e raiva. É nesse período que começa a desenvolver o lado mais sociável. A partir daí, até por volta do primeiro ano, as emoções tornam-se mais claras e é comum as variações de humor. É nessa idade que costuma aparecer as primeiras palavras. Nesse período, até por volta do decimo oitavo mês, a criança começa a desenvolver traços de seu autoconceito, tendo como fonte de segurança as pessoas próximas (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Diante de situações desconhecidas ou até mesmo difíceis, a criança busca como apoio uma referência social (pessoa de sua confiança). Em novos acontecimentos ou que fogem do controle do bebê, é esperado que ele busque orientação para solucionar tal questão. Ressalta-se que esse tipo de comportamento acompanhara o indivíduo durante toda a vida, ou seja, diante do desconhecido, sempre buscará alguém de confiança para que o oriente (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Ter pessoas de confiança e um ambiente saudável é primordial para o pleno desenvolvimento emocional da criança (CHILDFUND BRASIL, 2020):

O desenvolvimento emocional na infância direciona as nossas vidas, afetando os rumos que tomaremos e as escolhas que faremos. Essa etapa tão primordial começa ainda nos primeiros dias de vida. Por isso, a forma como crescemos e em que condições isso acontece pode definir quem seremos no futuro. Um estudo realizado pelo Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), comprova que, para uma criança de até os 6 anos de vida (período da primeira infância) possa ter um bom desenvolvimento, é

preciso construir bons vínculos familiares e viver em um ambiente saudável (CHILDFUND BRASIL, 2020 n.p.).

Acontecimentos da primeira infância marcam para sempre atitudes e escolhas das pessoas quando adultas. Tudo o que acontece nos primeiros anos de vida tem potencial de contribuir para o desenvolvimento de adultos saudáveis ou cheios de traumas (CHILDFUND BRASIL, 2020).

Dessa forma, se uma criança foi muito criticada durante a infância, se foi comparada negativamente a outras crianças, se sofreu maus tratos ou outros problemas, é bem provável que ela se torne um adulto inseguro, com baixa autoestima e com o pensamento negativo constante, atrapalhando o seu crescimento emocional e o sucesso na vida afetiva e profissional (CHILDFUND BRASIL, 2020 n.p.).

Segundo Childfund Brasil (2020), o desenvolvimento do estado emocional infantil divide-se em duas dimensões: reatividade e autorregulação; a primeira diz respeito a forma como a criança reage em situações de frustrações. Já a autorregulação refere-se a como a criança se corrige. Essas duas dimensões da personalidade emocional da criança permanecem durante a fase pré-escolar e escolar.

Nesse processo de desenvolvimento emocional, as crianças tendem a vincular-se com as pessoas, principalmente aquelas consideradas pela criança, como de confiança. “Os adultos devem responder a essa necessidade com demonstrações de afeto e carinho, oferecendo cuidado e acolhimento a essa criança” (CHILDFUND BRASIL, 2020 n.p.). Segundo a fundação (2020 n.p.), caso isso não aconteça, “haverá um prejuízo posterior na fase adulta. Ao contrário do que muitos pensam, o papel principal nessa questão não é apenas da figura materna, mas de todos os que convivem com a criança”.

É comum que as crianças busquem se vincular a pessoas que cuidem delas. O cuidador é aquele que oferece suporte emocional, proteção, carinho, educação, etc. “As boas relações nos primeiros anos de vida apresentam um significativo impacto positivo. É nesse momento que os valores, que vão além das habilidades cognitivas,

são construídos”, nesse processo a criança deve contar com apoio de adultos (CHILDFUND BRASIL, 2020 n.p.).

Ela deve saber que, à medida que for crescendo, possui apoio dentro do ambiente familiar, um local para o qual possa retornar. Isso faz com que ela se sinta mais confiante e, quando for jovem, terá mais autoestima para explorar o mundo e suas habilidades, além de desenvolver mais tolerância à frustração (CHILDFUND BRASIL, 2020 n.p.).

Como pode ser observado, diferentes autores concordam que é de suma importância a participação de pessoas de confiança no processo de desenvolvimento da criança, que refletirá positivamente não só na primeira infância, mas ao longo de toda a vida. A atuação tanto das pessoas próximas, quanto da sociedade para proporcionar um ambiente saudável para as crianças, sem dúvida, contribuirá para o pleno desenvolvimento delas. Crianças bem assistidas provavelmente se tornarão adultos seguros, autoconfiantes, carinhosos e, seguramente perpetuará o cuidado através das gerações.

6. MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

6.1 Contextualizando

Figueirópolis d'Oeste é um município brasileiro do Estado de Mato Grosso. Logo abaixo é possível observar a localização do município no Brasil, Estado e imagem local, sucessivamente.

Localização de Figueirópolis d'Oeste no Brasil



Imagem: Raphael Lorenzeto

Localização de Figueirópolis d'Oeste no Estado de Mato Grosso

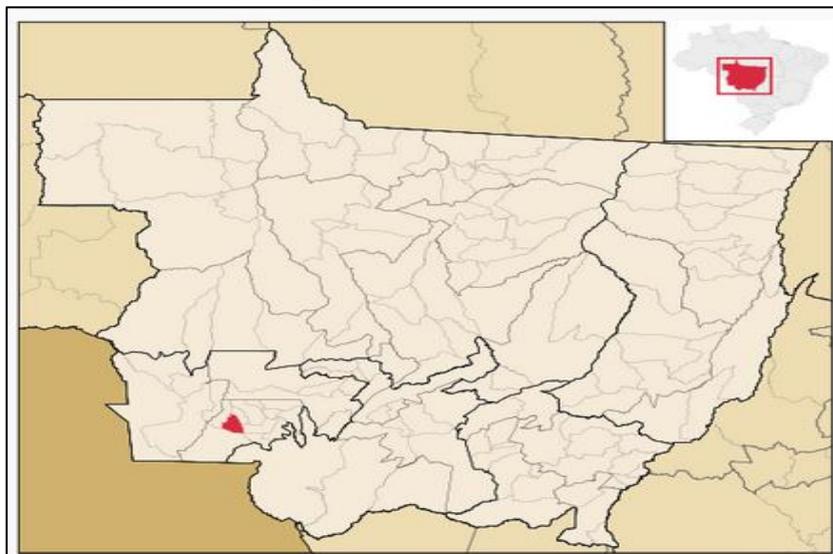


Imagem: Raphael Lorenzeto

Figueirópolis d'Oeste/ MT.



Imagem: Raphael Lorenzeto

Em tempos remotos, o município que hoje recebe o nome de Figueirópolis d'Oeste, era ocupado por povos indígenas da tribo bororó, também conhecidos como índios Cabaçais. Atualmente não há vida indígena organizada no território de Figueirópolis d'Oeste (FERREIRA, 2005). A colonização, deu-se de fato a partir dos programas de incentivos do governo Federal e do Estado de Mato Grosso (FERREIRA, 2005).

A movimentação regional iniciou-se na década de 1960, com os incentivos fiscais dos governos Federal e Estadual (FERREIRA, 2005). A organização pública local foi liderada pela família Figueiredo, tendo como desbravador José Joaquim de Azevedo Figueiredo. A história do município confunde-se com a da família Figueiredo, uma vez que, a denominação dada, homenageia a família Figueiredo. A população do município constitui-se de migrantes dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Goiás e regiões nordestinas (FERREIRA, 2005).

A Lei Estadual n.º 3.992, de 26 de junho de 1978, criou o distrito de Figueirópolis, com território jurisdicionado ao município de Jauru. A Lei Estadual n.º 5.015, de 13 de maio de 1986, de autoria das bancadas do PDS e PMDB, criou o município: Artigo n.º 1 - Fica criado o município de Figueirópolis d'Oeste, com território desmembrado do município de Jauru, situado no distrito do mesmo nome. Artigo n.º 2 - O município ora criado constitui-se de um só distrito, da Sede. Parágrafo Único - O município ora criado será instalado com a eleição e posse do prefeito, vice-

prefeito e vereadores, a serem eleitos conforme a Legislação Federal (FERREIRA, 2005 n.p.).

O Sr. José Joaquim Azevedo de Figueiredo, foi o primeiro prefeito de Figueirópolis d'Oeste, veio com milhares de colonos que, o ajudou a desbravar a região, com a finalidade de cultivar à terra e estabelecer moradia (FERREIRA, 2005).

Figueirópolis d'Oeste é um município brasileiro do estado de Mato Grosso, localizado na mesorregião do Sudoeste Mato-Grossense, microrregião do Vale do Jauru. São municípios integrantes do Vale do Jauru: Araputanga, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos (CIDADE BRASIL, 2022).

A população de Figueirópolis d'Oeste, segundo o último censo era de 3. 796 pessoas, atualmente estima-se ter 3.411 habitantes, em uma área de 891,448 km² e, possui densidade demográfica de 4,22 hab/km² (IBGE, 2010, 2021). A distância da cidade de Figueirópolis d'Oeste da capital Cuiabá é de 389 Km. Seus municípios limítrofes são: Indiavaí, Jauru, Porto Esperidião e São José dos Quatro Marcos (IBGE, 2010, 2021).

6.2 Panorama atual da educação

A Secretaria Municipal de Educação de Figueirópolis d'Oeste é responsável por ofertar o ensino de Educação infantil e a partir de 2023 ensino fundamental (do primeiro ao quinto ano). Ressalta-se que o Estado de Mato Grosso é responsável por oferecer o ensino fundamental a partir do sexto ano até as series finais.

Figueirópolis d'Oeste possui três unidades de ensino: Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha, Escola Estadual Dr. José Gentil da Silva e a Escola Estadual Barão de Melgaço.

A Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha, oferta ensino às crianças de seis meses a seis anos. Já a Escola Estadual Dr. José Gentil da Silva, fornece ensino fundamental do primeiro ao quinto ano e, a Escola Estadual Barão de Melgaço, é responsável pelo ensino a partir do sexto ano. Os

estabelecimentos estão adaptados com acessibilidade para pessoa com deficiência (PCD), como por exemplo rampas de acesso, instalações sanitárias, etc.

Atualmente, são 165 crianças matriculadas na Escola Municipal de Educação Infantil Profa. Maria Auxiliadora Bossa da Cunha de Figueirópolis d'Oeste, sendo 82 na pré-escola e 83 na creche, distribuídas em dois períodos: matutino e vespertino.

A Escola Estadual Dr. José Gentil da Silva, oferece ensino do primeiro ano ao quinto. Atualmente a escola tem 210 alunos, distribuídos nos períodos matutino e vespertino. Ressalta-se que a partir de 2023 a Escola Estadual Dr. José Gentil da Silva passará a ser unidade educacional municipal.

Já a Escola Estadual Barão de Melgaço, é responsável por oferecer ensino a partir do sexto ano do ensino fundamental até o último ano do ensino médio. Atualmente a escola conta com um total de 259 alunos, sendo 158 no ensino fundamental e 101 no ensino médio, distribuídos em dois períodos: matutino e vespertino.

Segundo relatório de linha de base a taxa de evasão escolar em Figueirópolis d'Oeste é 0.00% no ensino fundamental e no ensino médio. Ressalta-se que cada unidade escolar conta com cardápio da alimentação elaborado por nutricionistas e as refeições são feitas pelas cozinheiras de cada escola e distribuídas nos refeitórios.

6.3 Metas e estratégias

A seguir serão apresentados os eixos e as respectivas metas e estratégias do Plano Municipal pela Primeira Infância de Figueirópolis d'Oeste, resultado do diálogo estabelecido entre o poder público e a sociedade civil durante o processo de elaboração deste documento.

DOCUMENTO 6.3.1

Resultado Sistêmico 1: Desenvolvimento Infantil na Primeira Infância

INDICADOR: Percentual de crianças de 1 ano de idade vacinadas com a tríplice viral (D2) e tetra viral. (PNI/MS)

META: 95% de Crianças vacinadas no Município

AÇÃO ESTRATÉGICA	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Plano Municipal 1ª Infância	Elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância e, Implementar o Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI.	08/2022 08/2023	Saúde, Educação, Assistência Social, Conselho Tutelar e Gestão, CMDCA.
Semana do Bebê	Campanhas preventivas e orientativas com uma equipe multidisciplinar. Campanha Agosto Dourado.	08/2022	Saúde, Conselho Tutelar, Educação, CMDCA, Assistência Social e Pastoral da Criança.
Qualificação dos Serviços do CRAS	Aprimorar os serviços oferecidos no CRAS por meio de formação de gestores e profissionais que atuam no PAIF, e oferecer serviços de atenção à primeira infância.	02/2023	Gestão e Assistência Social.

AÇÃO ESTRATÉGICA	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEIS
<p>Busca Ativa Vacinal</p> <p>Melhorar as coberturas vacinais de rotina de crianças menores de 5 anos: Implementar a metodologia da Busca Ativa Vacinal - BAV a ser disponibilizada ao município no primeiro semestre de 2022.</p>	<p>Aprimorar a busca ativa já existente.</p> <p>Criar fluxo de comunicação entre as políticas de Educação, Assistência Social e Saúde, com relação ao calendário vacinal das crianças.</p>	11/2022	Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Conselho Tutelar e Pastoral da Criança.
Melhoria e fortalecimento da qualidade da Educação Infantil Municipal.	Implementar estratégias para a melhoria e fortalecimento da qualidade da Educação Infantil Municipal.	07/2022	Saúde (Nutrição, psicologia, etc...) Educação
Participar de atividades formativas para professores e gestores de Educação Infantil	Atividades formativas para gestores e professores oferecidas pelo UNICEF.	06/2022	Educação
Práticas de qualidade na Educação Infantil <i>(sugerida pelo UNICEF)</i>	Manter práticas qualificadas na Educação Infantil.	06/2022	Educação

DOCUMENTO 6.3.2

Resultado Sistêmico 2: Educação de Qualidade para Todos

INDICADOR: Taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental

META: Manter 0.00% do Percentual de abandono dos alunos do Ens. Fundamental

AÇÃO ESTRATÉGICA	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Busca Ativa Escolar	Implementar o Comitê Gestor da Busca Ativa Escolar. Elaborar Plano de Ação da Busca Ativa Escolar. Acompanhar os familiares e estudantes.	03/2023	Comissão Intersetorial do Selo UNICEF Conselho Tutelar Centro de Referência a Assistência Social e ACS (Agente Comunitário de Saúde).
Busca Ativa Escolar	Implementar a estratégia Busca Ativa Escolar e alcançar as metas de matrículas definidas para cada uma das medições. Manter a matrícula do número de crianças e adolescentes que constam no Censo Escolar em 2019.	02/2023 02/2023	Comitê Gestor da Busca Ativa Escolar, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, Assistência Social, NUCA e CMDCA
Desenvolvimento de competências / Trajetórias de Sucesso Escolar	Elaborar um plano com atividades e estratégias para o fortalecimento e desenvolvimento das competências. Para UNICEF “Competência é a capacidade de articular e colocar em prática os CONHECIMENTOS, ATITUDES e HABILIDADES para resolver de forma adequada situações cotidianas”.	07/2023	Mobilizador de Educação, CRAS Conselho Tutelar, Sec. Saúde, CMDCA NUCA
Participar de atividades formativas	Promover atividades formativas para a Comissão de Busca Ativa, famílias e estudantes sobre sucesso escolar/ abandono escolar.	08/2023	Mobilizador de Educação, Secretaria de Educação e DRE.

DOCUMENTO 6.3.3

Resultado Sistêmico 3: Hábitos de Higiene e Acesso à Água e Saneamento Assegurados para Crianças e Adolescentes nas Escolas

INDICADOR: Percentual de escolas da rede municipal com acesso adequado à água e saneamento. (Censo Escolar/INEP/MEC)

META: 95% de escolas com acesso adequado à água e saneamento

AÇÃO ESTRATÉGICA	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Realizar checagem de protocolos de prevenção à COVID-19 em pelo menos 30% das escolas públicas do município.	Continuar desenvolvendo hábitos e práticas de higiene na Educação Infantil.	06/2022	Educação e Secretaria de Saúde.
	Checagem do protocolo de prevenção ao covid-19.	06/2022	
Avaliar condições de água e higiene nas escolas.	Implementação da Estação de Tratamento de água (ETA).	12/2024	Gestão, Obras e Meio Ambiente. Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e ACE(Agente Comunitário de Endemia).
	Realizar autoavaliação das condições da água do poço artesiano existente.	12/2022	
Participar das capacitações	Capacitação dos profissionais nas áreas de saneamento, água, higiene, saúde, prevenção e controle da covid-19, mínimo um servidor de cada área.	06/2022	Mobilizadores da Saúde, Educação e Assistência Social.
Implementar o programa de lavagem de mãos e higiene menstrual	Manter adaptabilidade dos hábitos de higienização já implementado na unidade escolar.	06/2022	Educação Gestão e Educação
	Implementar os descartes corretos dos resíduos.	06/2023	

DOCUMENTO 6.3.4

Resultado Sistêmico 4: Oportunidades de Educação, Trabalho e Formação Profissional para Adolescentes e Jovens

INDICADOR: Percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos que estão matriculados no Ensino Médio. (Censo Escolar/INEP/MEC com IBGE)

META: 95% de Adolescentes matriculados no Ensino Médio

AÇÃO ESTRATÉGICA	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Adesão do município à iniciativa 1 Milhão de Oportunidades	Adesão do município à iniciativa 1 Milhão de Oportunidades (1MiO).	31/05/2022	Gestão Municipal e Mobilizador da Educação.
Geração de oportunidades de estágio, aprendizagem pela Lei do Jovem Aprendiz, trabalho decente para adolescentes e jovens vulneráveis, na faixa etária de 14 a 24 anos, na estrutura administrativa da gestão municipal conforme a legislação vigente.	Implementação da Lei do Jovem Aprendiz. Criar a Comissão de Implementação de Planejamento. Promover ação e encaminhamento dos jovens para o mercado de trabalho como jovem aprendiz. Promover orientação vocacional nas escolas (Psicólogo).	05/2023 08/2023 06/2023	Gestão Municipal; Câmara de Vereadores; NUCA; Conselho Tutelar; CMDCA; Educação; CRAS, DRE e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Capacitação sobre competências para vida e formação para o mundo do trabalho para adolescentes e jovens mais vulneráveis.	Promover formação, capacitação para os adolescentes e jovens vulneráveis sobre mercado de trabalho.	12/2022	Gestão Municipal; Secretaria de Educação, CMDCA, CRAS e NUCA.
Mobilizar o setor privado no município para criar oportunidades de acesso ao trabalho decente para adolescentes e jovens vulneráveis, conforme a legislação vigente.	Realizar parcerias com as empresas privadas. Organizar banco de dados com vagas de emprego para os adolescentes e jovens no programa jovem aprendiz. Encaminhar os adolescentes e jovens para o mercado de trabalho como aprendiz.	30/06/2024	Gestão Municipal; Câmara de Vereadores; NUCA; Conselho Tutelar; CMDCA; CRAS; Educação.

DOCUMENTO 6.3.5

Resultado Sistêmico 5: Desenvolvimento Integral, Saúde Mental e Bem-Estar de Crianças e Adolescentes na Segunda Década da Vida

INDICADOR: Percentual de nascidos vivos de gestantes com idade entre 10 e 19 anos.

META: Redução de 16% de casos de Gestantes com idades entre 10 e 19 anos

AÇÃO ESTRATÉGICA	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Serviço de apoio psicossocial	Organizar o serviço de rede já existente e capacitar os profissionais (médicos, enfermeiros, nutricionista, fisioterapeuta) e se necessário indicar serviço especializado.	09/2022	Saúde, Gestão, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação.
Capacitar os profissionais de saúde, educação, assistência social e outros profissionais.	Elaborar palestras orientativas. Capacitação para os profissionais em saúde mental.	12/2022	Gestão, Secretaria de Saúde e CRAS.
Construção/reavaliação de fluxo de atendimento intersetorial	Criação de Comissão de Elaboração do fluxo de atendimento intersetorial. Protocolo de atendimento para equipe multidisciplinar na saúde, Implementar os protocolos elaborados para prevenção de gravidez entre 10 a 19 anos.	02/2023 10/2023 02/2024	Secretaria de Saúde, Assistência Social, Educação, Conselho Tutelar, CMDCA e NUCA.
Ações intersetoriais de desenvolvimento integral e prevenção de gravidez.	Roda de conversa trimestral com equipe intersetorial e multidisciplinar nas escolas, e Palestras nas escolas.	06/2022	Secretaria de Saúde, Assistência Social, Educação, Conselho Tutelar, CMDCA e NUCA.

➔ DOCUMENTO 6.3.6

➔ **Resultado Sistêmico 6:** Prevenção e Resposta às Violências contra Crianças e Adolescentes

INDICADOR: Percentual de registros de casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes completos no portal SIPIA.

META: 90% de registros de casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes registrados no SIPIA

AÇÃO ESTRATÉGICA	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Ações de prevenção: oficinas nas escolas	Oficinas Educativas. Capacitação dos Educandos. Palestra de Cunho Orientativo e Preventivo. Excursões Educativas	12/2022 06/2023 12/2022 12/2023	Educação Educação e Gestão Municipal Educação e Saúde Educação e Gestão Municipal
Ações de prevenção: oficinas com profissionais de saúde	Capacitação para toda a rede de saúde. Estabelecer uma Articulação mais efetiva com as Agentes de Saúde. Campanhas Preventivas e Orientativas. Palestras Orientativas nas Escolas.	07/2023 07/2022 12/2022 12/2022	Saúde Gestão Municipal Saúde e Conselho Tutelar DRE e Rede de Proteção DRE e Rede de Proteção.
Ações de prevenção: formação em resolução de conflitos pelos NUCAS	Oficinas Socioafetivas. Elaborar palestras Orientativas. Efetivação das Atividades propostas pela UNICEF.	12/2022 12/2022 07/2023	Mobilizador Jovem Rede de Proteção e DRE Mobilizador Jovem
Fortalecimento de capacidades de Conselhos Tutelares e CRAS/CREAS	Adequar estrutura física do Conselho Tutelar, conforme as normas do CONANDA. Capacitação para os Profissionais da Política Municipal de Assistência Social. Oferecer Curso de Formação Continuada para os Conselheiros Tutelares.	12/2022 07/2023 12/2023	Gestão Municipal Assistência Social e Gestão Municipal CMDCA e Gestão Municipal

Promoção do registro de casos de violência no SIPIA	Alimentar o Sistema SIPIA.	06/2022	Conselho Tutelar e CMDCA
	Capacitação e formação continuada -SIPIA.	12/2023	Gestão Municipal e CMDCA
Mecanismo de coordenação intersetorial, fluxo e protocolo único (Lei 13431/2017)	Capacitação para a Rede de Proteção.	06/2022	Gestão Municipal
	Ficha de Revelação Espontânea.	06/2022	Conselho Tutelar
	Articulação da Rede de Proteção SGD.	12/2023	Rede de Proteção e DRE

DOCUMENTO 6.3.7

Resultado Sistêmico 7: Proteção Social e Atenção Integral para Famílias Vulneráveis Via Serviços Intersetoriais

INDICADOR: Percentual de famílias cadastradas no Cadastro Único em acompanhamento pelo PAIF no município.

META: 90% de famílias acompanhadas de forma integral pelo PAIF.

AÇÃO ESTRATÉGICA	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Definir fluxos intersetoriais para fortalecer os CRAS	Articulação com os serviços de educação, saúde e conselho tutelar.	06/2022	Mobilizador de Assistência Social, Educação e Saúde.
Ampliar capacidades dos CRAS em temas intersetoriais	Capacitar gestores e equipe multiprofissionais no CRAS com oficinas, palestras sobre ações intersetoriais. Reuniões periódicas e estudo de caso em conjunto, visitas domiciliares. Formação em temáticas de desenvolvimento social.	12/2022	Mobilizador de Assistência Social, Educação e Saúde.
Orçamento mínimo para SUAS nas prioridades do Orçamento Municipal	Orçamento da política está definida na lei de diretrizes orçamentárias LDO para os anos de 2022 a 2024.	2024	Gestão Municipal.

➔ DOCUMENTO 6.3.8

EIXO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E GESTÃO POR RESULTADOS

O eixo Participação Cidadã e Gestão Por Resultados prevê que o município realize as atividades relacionadas aos Conselhos Municipais dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CMDCA), incluindo os Fóruns Comunitários e as reuniões de acompanhamento; o funcionamento regular do Conselho Tutelar e a participação de adolescentes por meio dos Núcleos de Cidadania de Adolescentes (NUCA), um Plano de Participação Cidadã de Adolescentes e o desenvolvimento de ações nos temas de mudanças climáticas; prevenção da gravidez na adolescência; enfrentamento ao racismo e às violências; e o empoderamento de meninas e igualdade de gênero.

AÇÃO ESTRATÉGICA	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Fortalecimento do CMDCA	<p>Providenciar estrutura física, mobiliária, equipamentos tecnológicos e recursos humanos.</p> <p>Promoção de Campanhas de Captação de Recursos para o Fundo Municipal de Crianças e Adolescentes CMDCA.</p> <p>Capacitação dos envolvidos no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes CMDCA.</p>	<p>12/2022</p> <p>10/2022</p> <p>10/2023</p> <p>10/2024</p> <p>05/2023</p>	<p>Gestão Municipal Comissão Intersectorial do Selo UNICEF.</p> <p>Comissão Intersectorial do Selo UNICEF.</p>
Fortalecimento do Conselho Tutelar	<p>Formação técnica e continuada, estruturação técnica e administrativa.</p> <p>Promoção e articulação das políticas, programas e serviços do município.</p> <p>Iniciativa de arrecadação para o fundo CMDCA.</p>	<p>12/2022</p> <p>12/2023</p> <p>12/2023</p>	<p>Gestão Municipal, CMDCA, Educação, Conselho Tutelar e Saúde</p>
Participação Cidadã de Adolescentes (sugerida pelo UNICEF) (reproduzir o Plano de Participação Cidadã de Adolescentes elaborado pelo NUCA)	Execução de atividades propostas pelo UNICEF.	12/2023	NUCA

Plano de Participação Cidadã de Adolescentes -

Município: Figueirópolis d'Oeste

Tema sugerido pelo UNICEF	Ação discutida e elaborada pelo NUCA Descrever resumidamente a ação de cada tema a ser realizada pelo NUCA	Prazo de realização da ação	Responsáveis inserir NUCA e o município
Empoderamento de Meninas e promoção da igualdade de Gênero.	<p>Evento em Alusão ao dia internacional da mulher. Objetivo: Debater em evento amplo a trajetória da luta feminina centrada nos movimentos nacionais e locais.</p> <p>Campanha agosto lilás enfatizando as denúncias de violência contra a mulher.</p>	<p>03/2022 03/2023 03/2024</p> <p>08/2022 08/2023 08/2024</p>	<p>NUCA, Secretaria de assistência Social, Saúde, Educação.</p> <p>Comunicação do município, NUCA, Rede de Proteção.</p>
Prevenção da Gravidez na Adolescência e a promoção dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.	<p>Cine-debate: Maratona dos episódios da série do canal futura em parceria com UNICEF “Que corpo é esse?”. Objetivo: Debater direitos sexuais e reprodutivos. Dinâmica dos balões: A atividade consiste na inserção de dúvidas sobre corpo, sexualidade, entre outros questionamentos, feitas de forma anônima pelas adolescentes e adolescentes do NUCA. Os balões paulatinamente vão sendo estourados e profissionais da saúde/educação respondem aos questionamentos.</p> <p>Roda de conversa na escola municipal do município com adolescentes sobre direitos sexuais e gravidez na adolescência.</p>	<p>02/2023</p> <p>11/2022 04/2023 08/2024</p>	<p>NUCA, CRAS, CMDCA; Educação/Coordenação pedagógica da escola.</p> <p>Coordenação pedagógica da escola/educação; Saúde; CRAS: NUCA.</p>

6.4 Monitoramento e avaliação

Para monitorar e avaliar o Plano Municipal Pela Primeira Infância de Figueirópolis d`Oeste, serão realizadas avaliações de metas alcançadas a cada quatro anos. Ressalta-se que no decorrer desse período o Grupo Gestor acompanhará os objetivos propostos e empreenderá esforços para serem alcançados e caso necessário reformulá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, L. R. *Imagens da localização de Figueirópolis d'Oeste*. (2006). Recuperado 28 de Junho, 2022, de https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MatoGrosso_MesoMicroMunicip.svg
- ADMINISTRAÇÃO 2017/2022. *Prefeitura Municipal de Figueirópolis d'Oeste*. Consultado em 5 de maio, 2022.
- BLACK, M.M et al. *Early childhood development coming of age: science through the life course*. Lancet. 2017; 389:77–90. doi: 10.1016/S0140-6736(16)31389-7.
- BRASIL, Constituição Federal. *Artigo 277*. Recuperado 01 de julho, 2022, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL, Lei Nº 11774/22. *Institui a Política Estadual Integrada pela Primeira Infância do Estado de Mato Grosso*. Recuperado 02 de julho, 2022, em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=431949>
- BRASIL, Lei nº 13.257/2016. *Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância*. Recuperado 02 de junho, 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm
- BRASIL, Lei nº 668/2015. *Plano Municipal de Educação de Figueirópolis d'Oeste*. (2015). Recuperado 02 de Julho, 2022, em <https://figueiropolisdoeste.mt.gov.br/>
- CHILDFUND BRASIL. *Desenvolvimento emocional*. (2020). Recuperado 04 de julho, 2022, de <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/desenvolvimento-emocional/>
- CIDADE BRASIL. *Microrregião de Jauru* (2022). Recuperado em 06 de junho, 2022, de <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-jauru.html>
- FERREIRA, J. C. V. *Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso*. (2005) Cuiabá: Buriti. Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005, Associação Mato-Grossense dos Municípios-AMM.
- FRIEDMANN, Adriana...[et.al.]. *O direito de brincar: a brinquedoteca*. São Paulo: Scritta: ABRINQ. 1992.
- GOOGLE MAPS. *Imagem de Figueirópolis d'Oeste* (2022). Recuperado em 06 de junho de 2022, de <https://goo.gl/maps/4nBU33mGP5FDp1er8>
- IBGE. *Brasil Mato Grosso: Figueirópolis d'Oeste* (2010, 2021). Recuperado em 07 de junho, 2022, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/figueiropolis-doeste>

PAPALIA, E. Diane. FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento Humano*. AMGH Editora, 2013.

PIAGET, J. & INHELDER, B. *A psicologia da criança*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

PMPI – *Plano Municipal pela Primeira Infância de Santa Cruz da Conceição*. (2020). Recuperado em 05 de maio, 2022, de <https://www.santacruzdaconceicao.sp.gov.br/site/cidadao/plano-municipal-primeira-infancia/>

RINPI, Rede Nacional Primeira Infância, *Plano Municipal pela Primeira Infância*. (2018) Recuperado 04 de julho, 2022, de <http://primeirainfancia.org.br/>

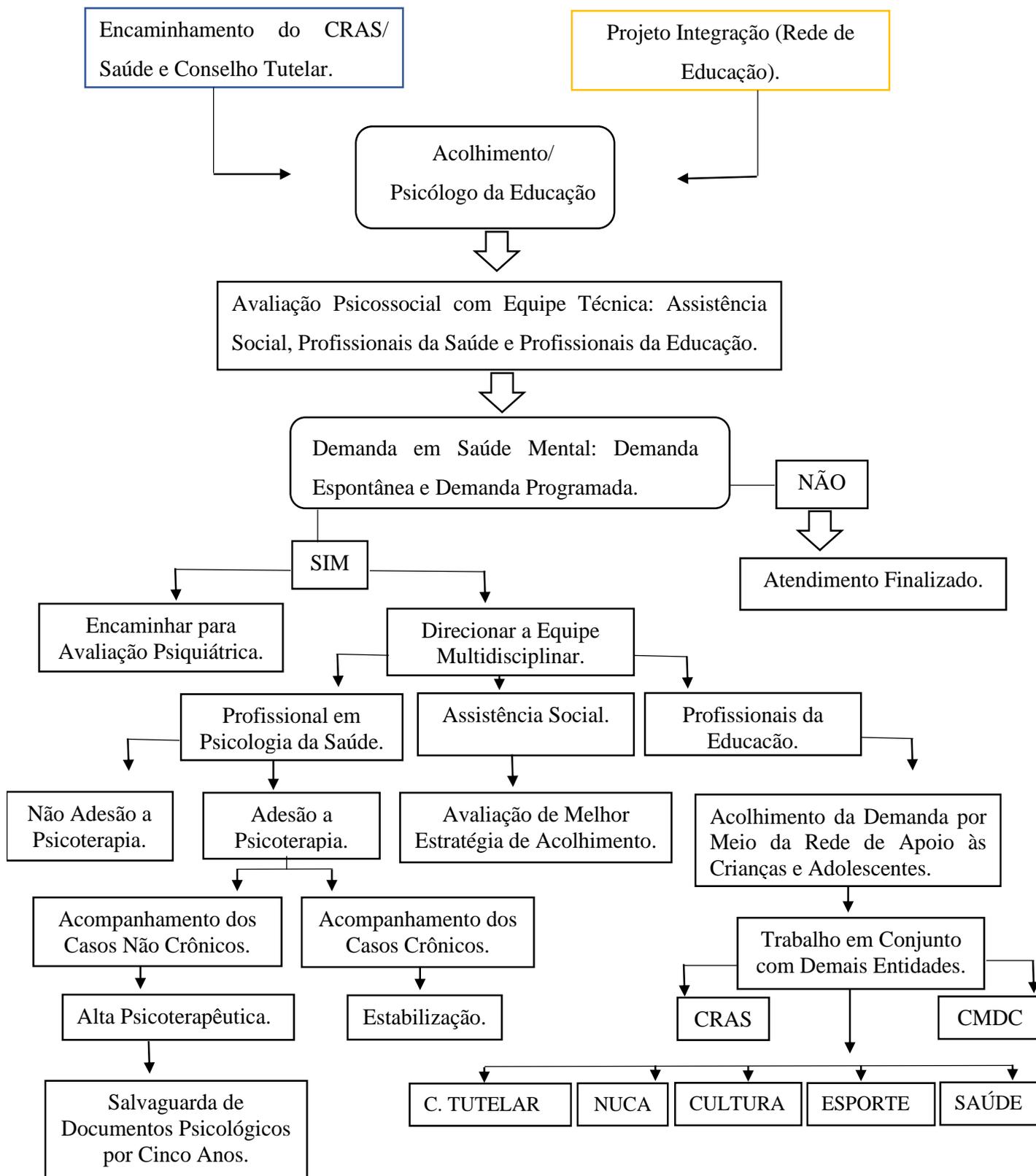
SANTOS, J. C. DA S. *Plano municipal de Chopinzinho*, 2017. Recuperado em 11 de maio, 2022, de <http://www.chopinzinho.pr.gov.br>

SHONKOFF, J.P; Boyce, W.T, McEwen BS. *Neuroscience, molecular biology and the childhood roots of health disparities*: building a new framework for health promotion and disease prevention. JAMA. 2009; 301:2252-9. doi:10.1001/jama.2009.754

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. (n. d.) *Gráfico da primeira infância*. Recuperado em 20 de maio, 2022, em <https://jornal.usp.br/universidade/investir-na-primeira-infancia-e-como-uma-vacina-para-o-desenvolvimento-humano-diz-pesquisadora-da-usp/>.

ANEXOS

FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Portaria nº 216, de 05 de outubro de 2022

“Dispõe sobre a nomeação da Comissão Municipal encarregada de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal Pela Primeira Infância e de outras providências”.

EDUARDO FLAUSINO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, resolve:

Artigo 1º - Fica nomeada a comissão Municipal encarregada de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, composta pelos seguintes membros:

Representante Municipal da Secretaria de Educação: Nilson Marques da Silva

Representante do Selo Unicef: Rosane Antunes dos Santos

Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes (CMDCA): Leonardo Martins Oliveira

Representante do Conselho Tutelar: Edneia Modesto de Mendonça Costa

Representante Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação: Vanessa da Silva Santana

Representante Municipal de Assistência Social: Pablo Diego Ferras Monteiro

Representante Municipal de Saúde: Cláudia Francielli Ferreira

Representante da Escola Municipal de Educação Infantil: Heloiza Gonçalves Montoro Martins

Representante das Mães de Alunos: Suzileine Gonçalves da Silva



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Representante Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento: Marcela de Paula Modesto

Representante Municipal do Esporte e Lazer: Marcos Roberto Rodrigues

Artigo 2º - A presente comissão terá mandato de 03 (Três) anos, podendo ser renovada por igual período.

Artigo 3º - Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Atue-se, registre-se e Publique-se.

Figueirópolis d'Oeste, 05 de outubro de 2022


Eduardo Flausino Vilela
Prefeito Municipal